



1 **APROVADA EM 20/07/2021.** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CTSAM DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 02 de junho de 2021, quarta-feira às 14h por videoconferência, reuniu-se a Câmara Técnica de Saneamento Ambiental do CBH-BG com a seguinte pauta: **1) Apresentação da atual situação da concessão da CEDAE nos municípios do CBH-BG, com suas pendências e possíveis desdobramentos; 2) Funções da AGENERSA e IRM nesse processo; 3) Possibilidade de participação do CBH-BG no acompanhamento deste processo.** O coordenador Marcos Basbaum deu início à reunião. **1) Apresentação da atual situação da concessão da CEDAE nos municípios do CBH-BG, com suas pendências, e possíveis desdobramentos.** Alexandre Mendes (Instituto Rio Metrópole - IRM) projetou a apresentação, e iniciou sua fala. Eloisa Torres perguntou quem são os três representantes da Sociedade Civil, participantes do conselho deliberativo do IRM. Alexandre respondeu que são o Paulo de Tarso (representante da FIRJAN), Hélio Cabral (Indicado pelo setor empresarial) e Dale Smith (Academia e ONG). Flávia Lanari Coelho questionou sobre a pouca representatividade de representantes da sociedade civil, indicando que o conselho possui apenas um representante da sociedade civil, perguntando em seguida se os dois lixões desativados e não remediados em Maricá, seriam contemplados com ações do IRM, se a usina de dessalinização, discutida em uma apresentação do IRM no subcomitê Maricá-Guarapina, teria previsão de implementação, e solicitou informações sobre a situação da SANEMAR. Alexandre respondeu que os ritos e processos têm seus prazos de maturação e estão sendo executados, a exemplo da situação de outorga da CEDAE. Sobre Maricá está sendo licitado o Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos, que possuirá todos os aterros identificados a nível macro, sendo que durante o plano serão visitados para compor o diagnóstico. Flávia solicitou que durante as visitas aos lixões o subcomitê Maricá também seja chamado, além da Prefeitura. Alexandre informou que existe uma sinergia forte entre CONEMAR e SANEMAR. Sobre a usina de dessalinização informou que estaria em um segundo patamar de discussão, que ocorrerá após discussões da barragem e seus eventuais problemas, pois sua construção envolve três municípios, e explicou o funcionamento da usina. Ele informou que acredita que até o final do atual mandato da gestão municipal atual o problema de abastecimento de água de Maricá estará totalmente resolvido, ou seja, em três anos e meio. Alexandre também informou que acredita que existam 92 mil poços artesianos sendo utilizados, pois não existe tratamento de esgoto na rede, muitas vezes com os poços estando próximos a fossas. Sobre a SANEMAR, informou que o contrato foi aditivado em 2018 com validade até 2028. A permanência ou não da SANEMAR será definida na próxima reunião do conselho deliberativo do IRM, cuja próxima reunião ocorrerá no dia 30 de julho. Flávia perguntou se as informações sobre os poços artesianos em Maricá estão disponíveis no site do IRM. Alexandre respondeu que as informações foram repassadas pela própria SANEMAR, através da Rita e seu assessor Horácio. Flávia solicitou que o IRM repasse informações para o CBH-BG, pois existe uma dificuldade de comunicação entre a prefeitura de Maricá e o subcomitê. Alexandre respondeu que os



43 membros serão convidados para os fóruns futuros, e poderão participar, voltando em se-
44 guida para a apresentação, nesse ponto falando sobre a governança. Renato Rocha ma-
45 nifestou por escrito que quando se fala em saneamento da AP4, Barra, Recreio e Ita-
46 nhangá são sempre citados e as vargens não são mencionadas, questionando o que se
47 está pensando sobre as vargens e como isto seria desenvolvido. Elielson da Silva fez três
48 questionamentos: o primeiro em relação ao Plano Municipal de Saneamento de Tanguá,
49 que seria como conciliar a sua revisão com a concessão; o segundo a respeito do Comitê
50 de Transição, se o município poderá participar; e o terceiro sobre o modelo do Comitê de
51 Monitoramento, se o CBH-BG poderá participar ou não, deste comitê. Alexandre respon-
52 deu que os planos de saneamento e de resíduos sólidos estarão prontos em nove meses
53 e haverá um fórum de discussão aberto, sendo assim o município terá a oportunidade de
54 participar juntamente com diversos outros órgãos. Eloisa perguntou a posição do IRM em
55 relação a geosmina, sobre a ADIN1.842/2013, se haveria previsão para o leilão do Bloco
56 3, se pretendiam usar os 5% recebidos do leilão com a outorga de saneamento para
57 outros setores ou seriam direcionados apenas para o saneamento, e finalizou sugerindo
58 uma série de reuniões com o IRM para conciliar as metas do CBH-BG com as do Instituto
59 reforçando a ideia da criação de um Plano Municipal ou Plano Metropolitano de Sanea-
60 mento. Alexandre aceitou a convite para as reuniões e respondeu que o Plano Metropoli-
61 tano é amplo justamente para atender as necessidades da região metropolitana do Rio de
62 Janeiro. Ele explicou que os 5%, segundo a lei complementar nº 184, serão utilizados pa-
63 ra todos os setores e não apenas para o saneamento, comentou sobre a inclusão de mu-
64 nicípios que não aderiram na sua primeira etapa, e finalizou respondendo que o prazo
65 para o leilão é até o final no ano. Marcos agradeceu a participação do Alexandre e convi-
66 dou os membros da AGENERSA a começarem sua apresentação, conduzida pelos srs.
67 Isabella Vaz e Roosevelt Brasil Fonseca. Marcos perguntou quais foram os principais pro-
68 jetos que serviram de base para as quantias investidas, e se haveria uma subdivisão nos
69 montantes. Roosevelt respondeu que os valores foram extraídos do edital público, sendo
70 que a AGENERSA não participou dessa elaboração, e que o governo estadual e BNDES
71 contrataram a empresa CONCREMAT para a elaboração de planos municipais mais rea-
72 listas, com base na situação atual de cada município, e que o Plano Metropolitano, homo-
73 logado pelo IRM, considerou este cenário. Roosevelt informou acreditar que a participa-
74 ção da sociedade para a definição do projeto é fundamental para que não haja surpresas
75 durante as revisões. Ele alertou sobre investimentos muito baixos em municípios da regi-
76 ão metropolitana do Rio de Janeiro, que dificultam o atendimento à meta de universaliza-
77 ção do saneamento, e deu como exemplo a dificuldade de usuários em conectarem-se às
78 redes de saneamento em alguns municípios, requisitou fundamental que ações integradas
79 sejam realizadas. Marcos sugeriu um cronograma de reuniões trimestrais para debater o
80 envolvimento da sociedade. Eloisa pediu a AGENERSA a elaboração de um cronograma
81 com arrecadação de cada um dos blocos e perguntou, em relação a captação de tempo
82 seco, onde serão investidos os recursos previstos nos contratos de concessão. Ela desta-
83 cou que nenhum recurso hídrico do Bloco 4 aflui para o Guandu, solicitou aos represen-
84 tantes da AGENERSA a criação de uma planilha específica para os municípios da Região



85 Hidrográfica da Baía de Guanabara, com os investimentos nos sistemas de abastecimen-
86 to de água e esgotamento sanitário, e finalizou comentando o desejo do CBH-BG em par-
87 ticipar mais ativamente do planejamento das ações. Roosevelt respondeu que não foi a
88 AGENERSA que elaborou o projeto, sendo que foi elaborada uma carta contendo a atua-
89 ção da agência, confirmou que o projeto pode ser aprimorado na relação de áreas a rece-
90 ber investimento, e explicou que a divisão das áreas a receberem recurso não está total-
91 mente fechada, porém já existe uma expectativa, conforme demonstrado no slide apre-
92 sentado. Ele informou também que existe uma planilha de planejamento da previsão dos
93 valores a serem arrecadados pelas concessionárias e que esses valores serão revisados
94 a cada cinco anos, com ajuste das tarifas, para que ao final dos 35 anos o valor feche
95 conforme previsto. Ele confirmou que a participação da sociedade civil pode sim influenci-
96 ar na escolha de áreas para os investimentos para tempo seco e áreas irregulares, e in-
97 formou que levará o pedido de separar a tabela para a RH-V. Eloisa informou sobre o ma-
98 nual de conexão das redes de esgoto para os usuários, onde o Estado investe e, após um
99 certo período, o usuário começa a pagar por este investimento. Elielson agradeceu a pre-
100 sença do Roosevelt, e perguntou sobre o posicionamento da AGENERSA a respeito da
101 definição de responsabilidade quanto a execução das metas previstas nos Planos de Sa-
102 neamento Municipais, e quem irá regularizar a produção da CEDAE. Roosevelt e a Isa-
103 bella informaram que onde a CEDAE não atua na produção, a concessionária irá fazer
104 esse papel; Elielson finalizou perguntando como a AGENERSA enxerga o ajuste de tarifas
105 em relação aos municípios. Roosevelt respondeu que sobre o plano municipal, ele con-
106 corda com a fala da Eloisa, na qual o titular continua sendo o município e a gestão é com-
107 partilhada, assim como a responsabilidade para definição de áreas prioritárias. Sobre o
108 reajuste de tarifas, Isabella explicou os papéis da AGENERSA, sendo que um deles é
109 homologar o ajuste da tarifa em até 12 meses e da tarifa efetiva após avaliada a memória
110 de cálculo apresentada pela concessionária. Tal momento acontecerá após os três anos
111 de operação, sendo que nos dois primeiros as tarifas serão de acordo com as fórmulas de
112 reajuste que consideram o ajuste da inflação. Wanderson dos Santos reforçou a impor-
113 tância da aderência aos planos metropolitano e municipais como instrumentos de gestão,
114 perguntou se houve uma avaliação dos planos municipais dos municípios contemplados
115 pela concessão da CEDAE, sobre as áreas irregulares não urbanizadas nos municípios
116 fora do município do Rio de Janeiro, e finalizou perguntando como o IRM e a AGENERSA
117 estão se preparando para enfrentar esse desafio. Roosevelt respondeu que sobre a ques-
118 tão dos planos existentes ou que estão sendo revisados, a empresa CONCREMAT foi
119 contratada pelo BNDES e pelo governo estadual para revisá-los, mas ele não soube dizer
120 se durante o processo de revisão os municípios foram consultados. Elielson confirmou
121 que os municípios não participaram. Roosevelt reiterou que mantinha sua convicção de
122 que por se tratar de uma área metropolitana, a gestão deveria ser compartilhada. Sobre
123 as áreas irregulares, Roosevelt respondeu que os valores de investimento previstos seri-
124 am apenas no município do Rio de Janeiro. Sobre a última pergunta, Roosevelt respon-
125 deu que desde quando a agência assumiu a regulação da CEDAE, não o foi de forma
126 plena, razão pela qual a agência não teve permissão para fazer concurso, complemen-



127 tando que devido à dificuldade em reunir informações completas sobre as metas, a regu-
128 lamentação não foi realizada de forma satisfatória. Ele também informou sobre um convê-
129 nio a ser realizado com a UERJ para que a agência tenha um apoio técnico. Eloisa per-
130 guntou se os municípios devem elaborar novos planos municipais de saneamento básico,
131 revisar os atuais ou elaborar um plano regional. Roosevelt informou que acredita que o
132 plano regional seria a forma ideal. Flávia disse que a concessionária deveria ser a res-
133 ponsável pela ligação da casa do usuário para o esgoto. Roosevelt lembrou que o usuário
134 faz a instalação interna e conecta seu ramal de esgoto até a caixa de inspeção na calçada,
135 passando então a responsabilidade para a concessionária, e sugeriu estabelecer um valor
136 e classificação das pessoas que possuem condições financeiras para realizar a ligação da
137 rede de esgoto, já que tal ligação poderá ter um custo muito alto em certas situações.
138 Halphy Cunha Rodrigues comentou sobre investimento de tempo seco e ligação de esgo-
139 to. Como não houve mais nenhum pedido de fala, a reunião foi encerrada.

140

141 Marcos Basbaum

142 **Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental**

143

144

145 **Encaminhamentos:**

146 **1) Agendar próximas reuniões com o IRM e AGENERSA.**

147

148 Lista de presença: Tamara Grisolia Fernandes – SEAS (Secretaria do Ambiente e Susten-
149 tabilidade); Elielson Teixeira da Silva (Prefeitura de Tanguá); Wanderson José dos Santos
150 (Fundação Rio Águas); Marcos Basbaum (Conselho Regional de Biologia – CRBio); Hal-
151 phy Cunha Rodrigues (Águas de Niterói); Flávia Lanari Coelho (Associação de Preserva-
152 ção Ambiental das Lagunas de Maricá – APALMA); Renato Rocha (Associação de Mora-
153 dores e Amigos de Vargem Grande – AMAVAG) – Rejany Santos (Rede de Empreendedo-
154 res Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável – RE-
155 DECCAP); Alexandre (Instituto Rio Metrópole); Roosevelt Brasil (AGENERSA); Eloísa Tor-
156 res (Instituto Terrazul).